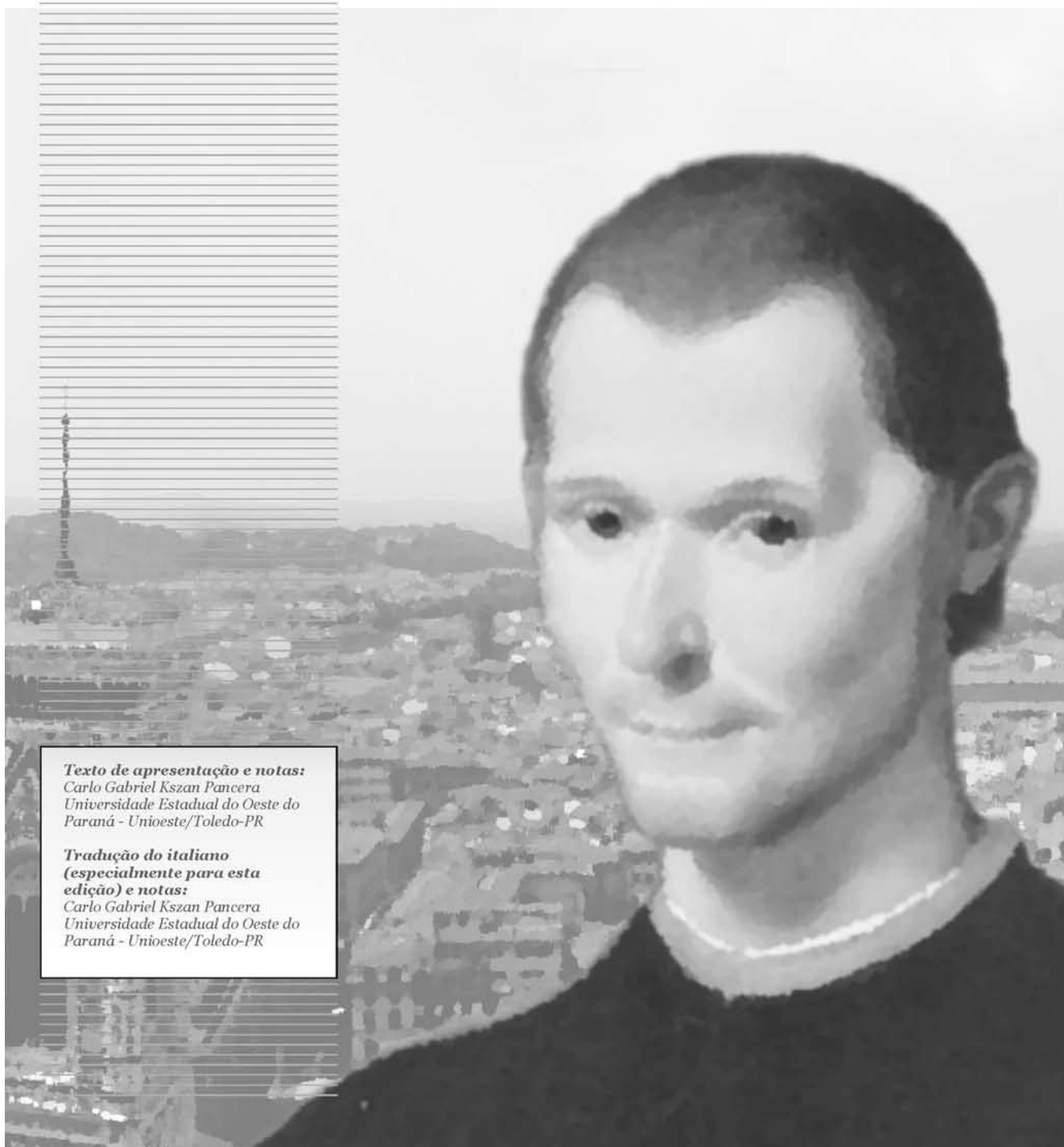


# MAQUIAVEL

(1469-1527)



***Texto de apresentação e notas:***

*Carlo Gabriel Kszan Pancera  
Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná - Unioeste/Toledo-PR*

***Tradução do italiano  
(especialmente para esta  
edição) e notas:***

*Carlo Gabriel Kszan Pancera  
Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná - Unioeste/Toledo-PR*



## LIBERDADE E REPÚBLICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Quando NICOLAU MAQUIAVEL nasceu, em 3 de maio de 1469, Florença vivia sob um regime principesco travestido de feições republicanas. Governava a cidade Piero de Médici, membro da família que a dominava desde o ano de 1434 e cujo regime duraria até 1494. Assim, no momento em que Maquiavel se candidata ao cargo de secretário da segunda chancelaria de Florença, no ano de 1498, já havia quase quatro anos que o regime republicano tinha sido reinstaurado sob a liderança do frei Jerônimo Savonarola.

Depois de seu ingresso no corpo de funcionários da república, Maquiavel engaja-se firmemente em suas atribuições de secretário da república florentina. Tanto que a sua produção intelectual deste período esteve voltada, sobretudo, para questões de ordem prática. A sua obra constitui-se, então, principalmente de cartas, legações e de um certo número de breves escritos, dentre os quais podemos mencionar o *Retrato sobre as coisas da França* e o *Retrato das coisas da Alemanha*, ambos resultantes das observações feitas por ele no período em que esteve em missão diplomáticas nos referidos países.

Somente após o retorno do regime dos Médici em 1512 e de sua

exoneração do cargo que exercia é que passa a ocupar-se de questões de natureza política de uma perspectiva prevalentemente teórica, valendo-se então de sua *longa experiência e contínua lição nas coisas do mundo* (Discursos, dedicatória). É do ano de 1513 que data *O Príncipe*, anunciado em carta a Francesco Vettori e dedicado ao então senhor de Florença, Lorenzo de Médici, no intuito de reaver a posição perdida, sem, porém, obter sucesso.

A partir de 1516 passa a frequentar os jardins *Orti Oricellari*, em Florença, lugar no qual se reunia um grupo de jovens aristocratas para discutir questões políticas. Estimulado por tais interlocutores, Maquiavel termina, em 1517, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, obra em que se dedica a examinar uma série de questões relativas ao governo republicano.

A estas obras seguem-se outras, como o *Discurso sobre as formas de governo de Florença*, de 1519, *A arte da guerra* e *A vida de Castruccio Castracani*, ambas de aproximadamente 1520, a *História de Florença*, de 1525. Isso sem falar na produção propriamente literária de Maquiavel, que envolve peças teatrais, como, por exemplo, *A Madrágora*, obra prima do teatro italiano, a novela *Belfagor*, além das *Decenais* e de alguns poemas.

Melancólico, Maquiavel falece, em 21 de junho de 1527, sem ter conseguido recuperar o seu antigo prestígio político junto ao regime republicano que se instaurara neste mesmo ano após uma nova queda dos Médici.

O termo maquiavélico tem, sem nenhuma dúvida, sua origem no nome de Maquiavel. Por meio dele designamos tudo aquilo que é pérfido e aquelas pessoas astuciosas, velhacas e ardilosas. Enfim, tudo aquilo que é imoral. No entanto, cabe perguntar se tal qualificativo pode ser aplicado à pessoa e à obra do secretário florentino. Assim, seria possível dizer de Maquiavel que ele é maquiavélico ou esse termo, apesar da referência a seu nome, tem sentido próprio? Ora, para respondermos a tais questões, será preciso verificar com mais cuidado o que está na base desta afirmação. Certamente, existem elementos de ordem histórica, mas precisamos verificar a sua pertinência filosófica.

Historicamente, o termo parece estar ligado à fortuna que teve a obra do secretário florentino. Polêmica desde o início, jamais cessou de provocar a imaginação das pessoas e de produzir os mais diversos juízos a seu respeito. Mas a aversão ao nome de Maquiavel e aos seus escritos somente ganhou um caráter sistemático com a reação da Igreja, que, na segunda metade do século XVI, os incluiu na sua lista dos livros proibidos – o *Index*. Porém, também esta condenação, feita muitas vezes por pessoas que conheciam sua obra de segunda mão, fundamentava-se numa leitura maquiavélica de seus escritos. Fato é que, a partir de então, esta perspectiva nunca deixou de se fazer presente e de alimentar uma determinada opinião sobre Maquiavel, designando tudo o que é imoral.

Se considerarmos o universo da política, que é o universo de Maquiavel, podemos ir adiante e dizer, então, que a política vista de tal perspectiva é uma atividade humana que se encontra livre de qualquer preocupação ética. Esta é uma percepção do comum das pessoas e que acaba por ser sintetizada no termo maquiavélico. Contudo, interessa-nos tratar aqui, não da maneira como Maquiavel é representado no imaginário das pessoas, mas de entender em que medida esta percepção tem fundamentos em sua obra. Ora, para tanto, nada melhor do que passarmos em revista determinadas leituras que partiram do mesmo pressuposto presente no imaginário comum, qual seja, o de que a obra maquiaveliana, como reflexo de uma compreensão realista da política, encontra-se esvaziada de qualquer conteúdo moral.

São basicamente duas as leituras possíveis. De um lado, vamos encontrar a obra de Maquiavel sendo lida como um manual de técnicas para a conquista e a manutenção do poder, assemelhando-se, pela sua objetividade e caráter descritivo, à ideia de ciência moderna. Da mesma forma, teríamos uma outra que veria no autor um teórico da razão de estado, doutrina que coloca em relevo certos elementos que contribuiriam para fazer do secretário florentino um teórico da força. Em qualquer uma dessas interpretações, a obra desse autor é apresentada como uma filosofia política completamente despida de valoração moral, dando origem a uma concepção política absolutamente alheia às inquietações do gênero. Em que medida, porém, poderíamos aceitar tais leituras? Ora,

essas leituras tendem a deixar de lado, por exemplo, a crítica de Maquiavel ao seu próprio tempo, tempo este que, por causa do desprezo pela vida ativa, daria menos importância à liberdade civil, típica de um regime republicano. Em contrapartida, estaria mais suscetível à servidão dos príncipes e principados<sup>1</sup>. Pode-se perceber, com esta indicação, que o secretário florentino não se exime de enfrentar a questão ético-política, elaborando ele próprio uma crítica aos valores então vigentes.

Vale ainda chamar atenção para um aspecto de não pouca importância sobre as leituras acima, a saber, ambas tomam como referência principal a obra *O Príncipe*. É certo que esta obra se prestou também a leituras oblíquas, das quais a mais conhecida, mas não a única nem a primeira, é a de Gramsci. Sustentava-se, nesse caso, a hipótese de que Maquiavel não estaria realmente preocupado em mostrar a um príncipe quais vias deveria seguir para conquistar e conservar um estado, mas, antes, deveria ser encarada como uma denúncia, um veículo para explicitar os mecanismos de poder sobre os quais se assentava um estado principesco. Neste sentido, seria uma obra revolucionária. Porém, mesmo essas leituras oblíquas tendem a ver a teoria maquiaveliana despida de valores, embora os seus intérpretes, no intuito de salvá-la, busquem atribuir-lhe um valor positivo, a ser buscado fora da própria obra. O fato é que, mesmo sob esta perspectiva, dá-se primazia a *O Príncipe* em detrimento dos *Discursos* e, com isso, obscurece-se ou não se dá a devida relevância aos aspectos propriamente republicanos nela contidos.

Inversamente, certas interpretações que exploram os aspectos republicanos da obra do autor tendem, por sua vez, a dar primazia aos *Discursos*. A obra *O Príncipe*, muitas vezes, desqualificada como se fosse uma obra de ocasião, quer porque teria sido escrita num momento em que somente se apresentava como possível o estabelecimento de um principado na Itália, quer porque fora dedicada ao então senhor de Florença no claro intuito de poder retornar ao exercício de funções públicas. Para escapar a esta dicotomia, no entanto, não há outro remédio que o de enfrentar uma questão recorrente na história da fortuna crítica de Ma-

---

<sup>1</sup> Cf. *Discursos*, II, 2.

quiavel. Trata-se de, novamente, colocar em foco o problema da unidade de sua obra. Dito de outro modo, é preciso verificar se e em que medida *O Príncipe* e os *Discursos* estão em contradição.

É, em parte, esta preocupação que determinou a escolha dos fragmentos aqui traduzidos. Mas também, em parte, a escolha é orientada pela tentativa de circunscrever um conjunto de valores que norteiam seu pensamento e que, ao mesmo tempo, se apresentam como uma crítica aos valores então vigentes, conforme já notamos acima. Apresentaremos, a seguir, uma proposta de leitura<sup>2</sup>, seguida de um mapa das tendências interpretativas contemporâneas da obra do autor.

Toda e qualquer sociedade política, diz Maquiavel, encontra-se estruturada numa relação de domínio (*P, I*), em que, de um lado, estão os que desejam governar e, de outro, os que simplesmente desejam não ser oprimidos (*P, IX; D, I, 4*). Esta cisão de desejos é constitutiva das sociedades políticas, sendo este um dos elementos que aponta para a unidade da obra maquiaveliana. Dos diferentes arranjos que estas forças assumem no jogo político é que teremos como efeito uma república, um principado ou a licença, que é a ausência de qualquer ordem (*P, IX*). Ora, em *O Príncipe*, Maquiavel diz ocupar-se apenas dos principados, visto que, em outra ocasião, tratara das repúblicas (*P, II*). De fato, não sabemos se, naquele momento, ele já tinha escrito os *Discursos* ou não. Seja como for, é esse o seu objeto nessa obra.

Se, neste caso, a república é o seu objeto privilegiado, não é, contudo, o seu objeto exclusivo, de modo que, em suas páginas, encontramos também um exame dos principados (*D, I, 9, 10, 16 e 55; D, II, 2*). Este fato tem um interesse particular, pois nos fornece pontos de passagem de uma obra a outra. O tratamento que o secretário florentino dispensa aos principados ajuda-nos a dissolver as rígidas fronteiras que aparentemente separavam os objetos de ambas as obras. O exame da forma de governo principesca no bojo de uma obra cujo objeto maior é outra forma

---

<sup>2</sup> Nesta apresentação, para fazermos referência a *O Príncipe*, usaremos a inicial *P* seguida do capítulo do capítulo da obra a que nos reportamos. No mesmo sentido, os *Discursos* serão indicados pela inicial *D*, seguida respectivamente do livro e do capítulo. No geral, serão indicados os fragmentos aqui traduzidos.

de governo tem a vantagem adicional de fazer-nos compreendê-la mais claramente a partir de uma perspectiva histórica. Por exemplo, a fundação de Roma se deu na forma de um principado, e somente mais tarde é que veio a tornar-se a república poderosa que foi (*D*, I, 2, 9, 10).

Isso não significa dizer que as obras não tenham suas especificidades. Ao contrário, quando voltamos nossa atenção a elas, compreendemos por quais vias elas se diferenciam. É a partir da consideração da divisão de desejos constituinte das sociedades políticas que Maquiavel vai pensar o principado (*P*, IX). Este regime se estabelece, de modo geral, por meio de relações de servidão. Isto quer dizer que, diferentemente de uma república, aqui as relações, no geral, não são mediadas pela lei, lei esta que deveria ser o resultado da participação de todos os cidadãos, mas sim por relações de ordem pessoal e direta entre o príncipe e os súditos, nas quais predomina a vontade de um senhor (*P*, III). Por serem relações precárias é que se faz necessário examinar com mais cuidado os mecanismos que estão na base deste tipo de regime (*P*, III)

É por isso que o secretário florentino vai se ocupar em discutir com maior minúcia o modo como o príncipe deve se comportar com seus súditos e aliados (*P*, XV), tocando em temas caros a muitas interpretações de seu pensamento, como, por exemplo, a importância da aparência no jogo político (*P*, XVIII), e, ainda, a relação entre ética e política (*P*, XV a XVIII), cuja desatenção por parte do príncipe conduz a uma tirania. É também em função da precariedade deste momento, no qual se busca instituir um novo estado, que se faz necessário dedicar mais atenção à *virtù* (*P*, VI e XXV). Neste caso, é de suma relevância para a conservação de um principado novo que o seu príncipe esteja dotado desta qualidade especial.

Nos *Discursos*, Maquiavel trata da república e, portanto, de um governo livre, liberdade essa que envolve tanto a igualdade de todos perante as leis, quanto a possibilidade de participação dos cidadãos na determinação dos rumos do *estado*. Decorre daí a necessidade de pôr-se em debate a melhor forma de organizar este gênero de estado (*D*, I, 2 e 6). Diante desta problemática é que o secretário florentino passa em re-

vista, não só os modelos de república, como também indica quais são as suas instituições fundamentais (*D, I, 5*). De modo geral, elas devem ser ordenadas de maneira a dar uma resposta adequada à cisão fundamental de desejos constitutiva de uma sociedade política (*D, I, 4 e 6*), tornando a república mais forte e coesa e, por isso, mais livre (*D, I, 6*).

A liberdade é assim um valor fundamental no republicanismo de Maquiavel. Aliás, atentas a este conceito, as leituras republicanas da obra do secretário florentino foram ganhando fôlego, a partir da década de 60, e consolidaram-se na década seguinte. Atualmente, porém, tais leituras passam por um processo de revisão e crítica, reafirmando, por vezes, esta perspectiva, mas colocando-as diante de novas questões. Ao lado desta, encontram-se outras tendências interpretativas, que buscam, por exemplo, explorar os aspectos retóricos do pensamento de Maquiavel ou mesmo de reposicioná-lo diante da modernidade ou ainda pensar os *Discursos* à luz de *O Príncipe*.

## SUGESTÕES DE LEITURA:

### PRINCIPAIS OBRAS DE MAQUIAVEL TRADUZIDAS PARA O PORTUGUÊS

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de José Antônio Martins. São Paulo: Hedra, 2007.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAQUIAVEL, N. *A Arte da guerra*. Tradução de M. F. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de M. F. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, N. *História de Florença*. Tradução de M. F. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, N. *Histórias de Florença*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.



**OBRAS SOBRE MAQUIAVEL (EM PORTUGUÊS)**

- ADVERSE, H. *Maquiavel: Política e Retórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- AMES, J. L. *A Lógica da ação política*. Toledo: Edunioeste, 2002.
- ARANOVICH, P. F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.
- BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BIGNOTTO, N. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GRAZIA, S. de. *Maquiavel no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LEFORT, C. Sobre a lógica da força. In: QUIRINO, C. SADEK, M. T. (Orgs.). *O Pensamento político clássico*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- PINZANI, A. *Maquiavel & O Príncipe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- RIDOLFI, R. *Biografia de Maquiavel*. São Paulo: Musa, 2003.
- SKINNER, Q. *As Fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VIROLI, M. *O Sorriso de Nicolau*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.